



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01' PROVA 2, Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 2

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.





CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Financeiro e Tributário

1. Sobre os princípios orçamentários, é correto afirmar:
 - (A) Pelo princípio da anualidade, um tributo só pode ser cobrado se tiver expressa previsão na lei orçamentária anual.
 - (B) A autorização para abertura de crédito suplementar é exceção ao princípio da exclusividade que rege a lei orçamentária anual.
 - (C) É vedada a vinculação de qualquer receita a qualquer despesa, conforme o princípio da não afetação.
 - (D) O princípio da universalidade expressa que as despesas devem estar previstas de forma genérica e universal.
 - (E) Como decorrência do princípio da unidade, a lei orçamentária se divide em três partes: orçamento anual, diretrizes orçamentárias e plano plurianual.

2. Sobre despesa total com pessoal, é INCORRETO afirmar:
 - (A) Serão computadas para cálculo do limite da despesa total com pessoal as despesas relativas a incentivos à demissão voluntária e à indenização por demissão de servidores.
 - (B) Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra para substituição de servidores serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".
 - (C) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês de referência com as dos onze meses imediatamente anteriores.
 - (D) Quando o Poder Público está excedendo em 95% do limite para despesa total com pessoal, será vedada a criação de cargo, emprego ou função.
 - (E) Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes.

3. Classificam-se como receita originária e derivada, respectivamente,
 - (A) multa e imposto.
 - (B) taxa e contribuição social.
 - (C) contribuição de melhoria e multa.
 - (D) imposto e tarifa.
 - (E) tarifa e taxa.

4. A dívida adquirida por antecipação de receita classifica-se como
 - (A) fundada.
 - (B) consolidada.
 - (C) patriótica.
 - (D) flutuante.
 - (E) ativa.

5. Sobre despesa pública, é correto afirmar que
 - (A) não caracteriza aumento a simples prorrogação de prazo, quando a despesa foi criada por prazo determinado, mas apenas criação de nova despesa, desde que haja dotação orçamentária suficiente.
 - (B) dispensa compatibilidade com o plano plurianual, desde que adequada à lei orçamentária anual e à lei de diretrizes orçamentárias, bem assim que esteja inserida em dotação específica e suficiente ou abrangida por crédito genérico.
 - (C) é considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa não acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.
 - (D) exclui-se da definição de despesa total com pessoal a despesa com inativos e pensionistas, bem assim adicionais, gratificações, horas extras e encargos sociais e contribuições recolhidas pelos entes às entidades de previdência.
 - (E) basta, para o aumento da despesa, que o ato contenha declaração do ordenador de que há adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual.



6. Sobre a disciplina constitucional dos precatórios, é correto afirmar:
- (A) A entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do ente federado devedor é vedada ao credor.
 - (B) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor.
 - (C) Não se admite a possibilidade de fixação de regime especial para pagamento de crédito de precatórios dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
 - (D) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham mais de 60 anos de idade dispensam regime de precatório.
 - (E) Os precatórios de créditos provenientes de obrigações definidas em lei como de pequeno valor devem ser pagos antes da sentença transitar em julgado.
-
7. A competência tributária
- (A) pode ser conferida apenas aos entes federados.
 - (B) pode ser delegada por lei complementar a outro ente federado.
 - (C) não autoriza que o ente deixe de exercê-la, não instituindo um tributo de sua competência.
 - (D) pode ser renunciada pelo ente, quando este deixa de instituir um tributo de sua competência.
 - (E) trata-se de competência administrativa.
-
8. Sobre o imposto residual, é correto afirmar que
- (A) é de competência comum da União, Estados e Distrito Federal.
 - (B) pode ser instituído por medida provisória, em caso de relevância e urgência na obtenção desta fonte de receita.
 - (C) tem por motivo a guerra externa ou sua iminência ou situação de calamidade pública.
 - (D) pode ser instituído sobre fato gerador ou base de cálculo já previsto na Constituição.
 - (E) vinte por cento do produto arrecadado será repassado pela União aos Estados e Distrito Federal.
-
9. Um tributo que remunera o exercício regular do poder de polícia consistente na concessão de alvará de construção é da espécie
- (A) imposto.
 - (B) contribuição de interesse de categoria econômica.
 - (C) taxa.
 - (D) tarifa.
 - (E) contribuição de segurança pública.
-
10. Sobre o IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, é correto afirmar que
- (A) é de competência dos Municípios e Distrito Federal.
 - (B) é de competência da União.
 - (C) haverá isenção em relação aos veículos de domínio dos Estados e Distrito Federal.
 - (D) haverá imunidade em relação aos veículos de domínio dos entes federados.
 - (E) incide sobre os veículos das pessoas jurídicas de direito público e privado.
-
11. Na hipótese de majoração, por medida provisória editada em 15 de março de 2010, dos limites legais das alíquotas do Imposto de Importação, é correto afirmar que
- (A) haverá eficácia imediata da medida provisória, aplicando-se os novos limites a partir da publicação da mesma.
 - (B) é inconstitucional, por violar a legalidade tributária.
 - (C) a medida provisória deverá ser convertida em lei até o último dia do exercício em que houver sido publicada, para que a lei entre em vigor e tenha eficácia no exercício seguinte.
 - (D) a medida provisória terá eficácia suspensa por 90 dias a contar da sua publicação, em atenção à anterioridade nonagesimal.
 - (E) a lei resultante da conversão ainda se submete à anterioridade nonagesimal, caso a medida provisória seja convertida em lei antes do final do exercício financeiro em que foi publicada.



12. Segundo a Lei nº 4.320/64, “constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços”. O Decreto-Lei Complementar nº 16, de 02/04/1970, do Estado de São Paulo, dispõe sobre a instituição e o funcionamento de fundos especiais na administração paulista. Sobre este assunto, é correto afirmar:
- (A) Admite-se vinculação de receita de impostos estaduais, para qualquer finalidade.
 - (B) O saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.
 - (C) Constituem fundo especial de despesa as receitas que se vinculam à execução de programas de empréstimos a entidades públicas ou privadas.
 - (D) Constituem fundo especial de financiamento as receitas que se vinculam à realização de objetivos ou serviços de órgãos considerados unidades de despesa.
 - (E) A Constituição Federal veda a instituição de qualquer fundo, não tendo sido recepcionados neste ponto a Lei nº 4.320/64 e o Decreto-Lei Complementar Estadual nº 16/70.
-
13. A Lei de Responsabilidade Fiscal disciplina a renúncia de receitas. Não se considera renúncia de receita
- (A) a remissão.
 - (B) a anistia.
 - (C) o crédito presumido.
 - (D) a isenção em caráter não geral.
 - (E) a imunidade.
-
14. A Constituição Federal veda a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos nas receitas transferidas (repartição constitucional), aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Todavia, prevê a possibilidade da União e dos Estados condicionarem a entrega de recursos. Esta situação ocorrerá quando
- (A) houver descumprimento das metas fiscais previstas na lei orçamentária anual.
 - (B) as contas prestadas forem reprovadas pelo Tribunal de Contas competente para julgá-las.
 - (C) o Estado, o Distrito Federal ou o Município estiver com operação de crédito por antecipação de receita ainda em andamento, pendente de pagamento, mesmo que dentro do prazo.
 - (D) não estiverem sendo aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde os recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre determinados impostos, conforme determinação constitucional específica.
 - (E) o Estado, o Distrito Federal ou o Município deixar de aplicar anualmente o mínimo exigido em educação básica, após apuração em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas competente.
-
15. O aspecto temporal da hipótese de incidência verifica-se
- (A) desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável, tratando-se de situação de fato.
 - (B) desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produzam os efeitos que normalmente lhe são próprios, tratando-se de situação jurídica.
 - (C) desde o momento de seu implemento, quando submetido a condição suspensiva.
 - (D) desde o momento de seu implemento, quando submetido a condição resolutória.
 - (E) independentemente da ocorrência do fato gerador, quando a autoridade administrativa constatar a prática de atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador.
-

Economia e Finanças Públicas

16. Em relação à Teoria do Consumidor, é correto afirmar:
- (A) O equilíbrio do consumidor se dá quando a reta de restrição orçamentária cruza uma das curvas de indiferença desse consumidor.
 - (B) A taxa marginal de substituição entre dois bens é crescente ao longo de uma curva de indiferença de um consumidor.
 - (C) Quanto mais distante da origem dos eixos estiver uma curva de indiferença, maior será o grau de satisfação do consumidor.
 - (D) Alterações da posição da reta de restrição orçamentária ocorrem apenas devido a mudanças na renda do consumidor.
 - (E) No Mapa de Indiferença do consumidor, as curvas de indiferença são côncavas em relação à origem dos eixos.
-



17. Alterações no preço de um bem comercializado em uma estrutura de mercado de concorrência perfeita ocorrem
- (A) ao longo da curva de demanda, quando se modifica a quantidade de consumidores no mercado.
 - (B) em função de deslocamentos da curva de demanda, quando se altera a renda dos consumidores.
 - (C) ao longo da curva de demanda, quando se altera o preço de bens complementares.
 - (D) em função de deslocamentos da curva de demanda, quando se altera o preço dos insumos de produção desse bem.
 - (E) ao longo da curva de demanda, quando se modificam as preferências dos consumidores.
-
18. É correto afirmar:
- (A) Para uma variação no preço do bem de Giffen, o efeito-substituição é menor, em valor absoluto, que o efeito-renda.
 - (B) Dois bens são substitutos quando apresentam elasticidade-preço cruzada da demanda positiva.
 - (C) A elasticidade-renda de um bem mostra a variação na renda decorrente do acréscimo de 1% no consumo desse bem.
 - (D) A classificação em bens normais, inferiores e superiores diz respeito à essencialidade dos bens.
 - (E) Demandas de mercado que possam ser expressas por funções lineares possuem elasticidade-preço constante.
-
19. Considere uma firma com a seguinte função de produção neoclássica do tipo Cobb-Douglas:
- $$Y = K^{0,5} L^{0,5}$$
- Onde:
- Y é o produto,
 - K é o fator de produção capital, e
 - L é o fator de produção trabalho.
- Esta firma apresenta
- (A) deseconomias de escala no longo prazo.
 - (B) produtividade marginal crescente dos fatores de produção.
 - (C) economias de escala crescentes no longo prazo.
 - (D) produtividade marginal constante dos fatores de produção no curto prazo.
 - (E) economias constantes de escala no curto prazo.
-
20. Considerando a Teoria Neoclássica dos custos de produção, é correto afirmar que a
- (A) quantidade produzida de equilíbrio será aquela que apresentar o menor custo marginal de produção.
 - (B) reta de isocusto corresponde ao lugar geométrico das combinações de quantidades de dois fatores variáveis que implicam o mesmo volume de produção.
 - (C) curva de custo médio total é sempre decrescente.
 - (D) curva de custo marginal intercepta as curvas de custo total médio e custo variável médio em seus pontos de mínimo.
 - (E) curva de oferta da firma é dada por sua curva de custo total médio, a partir do ponto em que esta intercepta a curva de custo marginal.
-
21. Em um mercado em concorrência monopolística,
- (A) há muitos ofertantes de produtos homogêneos, mas poucos demandantes.
 - (B) a oferta da firma é perfeitamente elástica a preços.
 - (C) há um único demandante no mercado para diversos ofertantes de bens levemente diferenciados.
 - (D) o equilíbrio de mercado se dá quando oferta e demanda de mercado se igualam.
 - (E) os produtores ganham certo poder de mercado graças à diferenciação de seus produtos.
-



22. Em um mercado em monopólio,
- (A) a demanda é necessariamente inelástica.
 - (B) o poder de mercado está nas mãos do único consumidor que nele atua.
 - (C) o equilíbrio é alcançado quando receita marginal e custo marginal de produção se igualam.
 - (D) a imposição de um imposto por unidade vendida do produto é suficiente para eliminar sua perda de eficiência.
 - (E) a quantidade de equilíbrio de mercado será superior àquela alcançável em uma estrutura de concorrência perfeita.
-
23. Em uma economia hipotética, há o registro dos seguintes agregados macroeconômicos, expressos em milhões de unidades monetárias:
- | | |
|--|-------|
| PIB a preços de mercado: | 2.700 |
| PNB a preços de mercado: | 2.200 |
| Formação Bruta de Capital Fixo: | 400 |
| Variação de Estoques: | 100 |
| Consumo Final das Famílias e das Administrações Públicas: | 2.300 |
| Renda Líquida dos Fatores de Produção enviada ao exterior: | 500 |
- O saldo da balança comercial desse país, em milhões de unidades monetárias, é
- (A) positivo em 100.
 - (B) negativo em 100.
 - (C) positivo em 600.
 - (D) negativo em 600.
 - (E) equilibrado.
-
24. Os impostos indiretos líquidos de subsídios concedidos ao setor privado são agregados econômicos que diferenciam os conceitos de
- (A) PIB a preços de mercado e PIB a custo de fatores.
 - (B) PIL a custo de fatores e PNB a preços de mercado.
 - (C) PIB a custo de fatores e PNL a preços de mercado.
 - (D) PNB a preços de mercado e Renda Pessoal Disponível.
 - (E) PNB a preços de mercado e PNL a preços de mercado.
-
25. Com relação à presença da moeda no sistema econômico, é correto afirmar:
- (A) O Banco Central é o único capaz de criar e destruir moeda.
 - (B) A moeda é demandada apenas para satisfazer as necessidades de transação dos agentes econômicos.
 - (C) A oferta de moeda tem relação inversa com a taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais.
 - (D) A demanda de moeda tem relação direta com a taxa de juros da economia.
 - (E) O efeito da moeda sobre o nível de preços é neutro, qualquer que seja o grau de utilização da capacidade instalada da economia.



26. Em um país de economia fechada foi feito o diagnóstico de que a dívida interna está crescendo devido a sucessivos *déficits* primários nas contas públicas. Para sanar esse problema, o governo decidiu reduzir seus gastos de custeio. Neste caso, mantendo-se todas as demais políticas constantes, é de se esperar que
- (A) a dívida pública continue se elevando, pois ocorrerá um aumento da taxa de juros da economia.
 - (B) o produto se expanda, pois ocorrerá um decréscimo da taxa de juros da economia.
 - (C) o produto e o emprego se elevem, pois a iniciativa privada ocupará o espaço deixado pelo governo.
 - (D) a dívida pública decline, pois a taxa de juros da economia se tornará negativa.
 - (E) o desemprego e a diminuição de renda ocorram, apesar da retração da taxa de juros da economia.
-
27. Um país adota o regime de câmbio fixo, permite livre movimentação de capitais estrangeiros e está enfrentando *déficit* em seu balanço de pagamentos. Para restabelecer o equilíbrio externo, ele deve promover a
- (A) redução dos gastos do governo.
 - (B) elevação da base monetária.
 - (C) redução da taxa de reservas compulsórias.
 - (D) venda de títulos públicos.
 - (E) elevação da tributação.
-
28. Em 2009, o Governo Federal promoveu a reestruturação da tabela de faixas de rendimentos e alíquotas do imposto de renda das pessoas físicas, em resposta à crise financeira internacional. Em relação a essa medida de política tributária, é correto afirmar que
- (A) o governo utilizou um instrumento de política econômica visando cumprir sua função estabilizadora.
 - (B) o princípio da progressividade foi temporariamente deixado em segundo plano, em favor da recuperação da atividade econômica.
 - (C) a medida não foi eficaz, pois como se destinou às pessoas físicas, não conseguiu estimular a expansão ou manutenção do nível de emprego.
 - (D) a medida não produziu efeitos anticíclicos porque a renda pessoal disponível da economia permaneceu a mesma.
 - (E) o governo utilizou um instrumento visando cumprir sua função alocativa, induzindo as empresas a produzirem mais bens de consumo não duráveis.
-
29. É correto afirmar:
- (A) O que diferencia os bens públicos dos bens privados é a natureza jurídica da entidade que os produz.
 - (B) No conceito de *déficit* público nominal também são contabilizados os juros e a correção monetária da dívida pública.
 - (C) Impostos indiretos são aqueles cujo responsável pelo recolhimento é o agente que fez sua retenção.
 - (D) Um imposto é dito progressivo se com o passar do tempo é ampliada sua base de contribuintes.
 - (E) A existência de um *superávit* primário é suficiente para garantir a redução da dívida pública.
-
30. Acerca dos princípios orçamentários que devem ser observados pelo Estado de São Paulo é correto afirmar:
- (A) O Princípio da Anualidade estabelece que o orçamento público deve ser votado um ano antes do início do ano fiscal.
 - (B) O Princípio da Unidade propõe que cada um dos poderes deve ter um orçamento diferente, já que eles são independentes.
 - (C) Os princípios orçamentários são regras que visam dar consistência ao processo orçamentário, principalmente no que diz respeito a seu controle pelo Poder Judiciário.
 - (D) O Princípio da Universalidade dispõe que todas as receitas e despesas públicas devem ser incorporadas ao orçamento.
 - (E) O Princípio da Clareza se sobrepõe ao do Equilíbrio, sendo possível contrair dívida pública, desde que seja respeitado o Princípio da Clareza.

**Contabilidade Geral e Pública**

Instruções: Com base nas informações abaixo, responda às questões 31 e 32.

A Cia. Rio Limpo apresentava, em 31/12/X9, Balancete com os saldos, em reais, nas seguintes contas:

Fornecedores	12.000,00
Aplicações Financeiras	10.000,00
Duplicata Descontada	4.000,00
Despesas Administrativas	3.000,00
Disponível	30.000,00
Clientes	20.000,00
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.000,00
Impostos a Recuperar	5.000,00
Adiantamento de Clientes	7.000,00
Despesas Financeiras	3.500,00
Despesas Pagas Antecipadamente	6.000,00
Receitas Financeiras	8.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	75.000,00
Depósitos em Garantia	10.000,00
Reserva Legal	3.000,00
Abatimento sobre Vendas	1.500,00
Ágio na Emissão de Ações	4.000,00
Estoques de Mercadorias	50.000,00
Receita Bruta de Vendas	240.000,00
Capital Social	150.000,00
Reserva de Reavaliação	9.000,00
Receita de Equivalência Patrimonial	8.000,00
Ações em Tesouraria	5.000,00
Investimentos em Controladas	85.000,00
Equipamentos	130.000,00
Despesas de Depreciação de Equipamentos	6.000,00
Depreciação Acumulada de Equipamentos	8.000,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial (devedor)	14.000,00

31. O total dos saldos devedores do Balancete da Cia. Rio Limpo, em 31/12/X9, era, em reais,

- (A) 449.000,00
- (B) 454.000,00
- (C) 458.000,00
- (D) 463.000,00
- (E) 467.000,00

32. O Patrimônio Líquido da Cia. Rio Limpo, em 31/12/X9, era, em reais,

- (A) 305.000,00
- (B) 310.000,00
- (C) 314.000,00
- (D) 320.000,00
- (E) 324.000,00

33. A empresa Gama S.A. emitiu 1.000 debêntures a R\$ 10,00 cada, com taxa de juros compostos de 6% ao ano, com prazo de 5 anos e pagamentos anuais de R\$ 2.374,00. Os custos de transação incorridos e pagos foram de R\$ 100,00 e houve prêmio na emissão desses títulos, no valor de R\$ 278,00. Na data de emissão das debêntures, a empresa

- (A) debitou na conta Disponível o valor de R\$ 10.000,00.
- (B) debitou na conta Despesa Financeira o valor de R\$ 100,00.
- (C) creditou no Passivo o valor de R\$ 10.000,00.
- (D) creditou na conta Receita Financeira o valor de R\$ 278,00.
- (E) creditou no Passivo o valor de R\$ 10.178,00.



34. A empresa Pedra Lascada S.A. é uma companhia de capital aberto e possuía, em 31/12/2009, saldos, em reais, nas seguintes contas:

Disponível: 50.000,00

Estoques de mercadorias: 60.000,00

Contas a pagar: 10.000,00

Capital Social: 100.000,00

Durante o mês de janeiro de 2010, a empresa realizou as seguintes operações:

Data	Operação
02/01/2010	Venda de R\$ 50.000,00 de seu estoque por R\$ 120.000,00, à vista.
10/01/2010	Compra de estoque no valor de R\$ 45.000,00 para ser pago em 45 dias, sem juros.
23/01/2010	Recebimento de R\$ 30.000,00 de um cliente, para entrega futura de mercadorias.
31/01/2010	Compra de um veículo, por meio de arrendamento mercantil financeiro, para ser pago em 24 prestações mensais de R\$ 3.000,00 cada. Se a empresa tivesse adquirido o veículo à vista, teria pago R\$ 50.000,00.
31/01/2010	Os salários do mês de janeiro de 2010 são de R\$ 23.000,00 e serão pagos dia 05/02/2010.
31/01/2010	Obtenção de empréstimo no valor de R\$ 70.000,00 para ser pago em 2 anos, com taxa de juros pós-fixados. Para a obtenção do referido empréstimo a empresa incorreu em custos de transação no valor de R\$ 1.000,00.

Após o registro das operações acima, o Passivo da empresa Pedra Lascada S.A., em 31/01/2010, era, em reais,

- (A) 227.000,00
- (B) 228.000,00
- (C) 249.000,00
- (D) 250.000,00
- (E) 251.000,00

35. Considere as seguintes situações:

- I. A empresa A adquiriu ações da empresa D com a finalidade de negociá-las a qualquer momento.
- II. A empresa B é uma indústria e comércio de máquinas especiais, as quais são produzidas e vendidas dentro do seu ciclo operacional de dois anos.
- III. A empresa C adquiriu um terreno para futura instalação de uma fábrica.

Com base nas informações acima, as ações adquiridas por A, as máquinas produzidas por B e o terreno adquirido por C, serão, respectivamente, classificados no

- (A) circulante, não circulante e não circulante.
- (B) circulante, circulante e não circulante.
- (C) não circulante, circulante e não circulante.
- (D) não circulante, não circulante e não circulante.
- (E) circulante, circulante e circulante.

36. A empresa Futura recebeu R\$ 50.000,00 em março, R\$ 65.000,00 em abril e R\$ 90.000,00 em junho, referentes a produtos a serem entregues em meses subsequentes. A empresa entregou em maio os produtos referentes ao recebimento de março e em junho os produtos referentes ao recebimento de abril e ainda não havia entregado os produtos referentes ao recebimento de maio. O valor da receita reconhecida, nos meses de maio e junho, no resultado da empresa, foi, respectivamente, em reais,

- (A) 0,00 (zero) e 90.000,00.
- (B) 0,00 (zero) e 155.000,00.
- (C) 50.000,00 e 0,00 (zero).
- (D) 50.000,00 e 65.000,00.
- (E) 50.000,00 e 90.000,00.



37. Sobre as reservas de lucros, considere:

- I. A empresa poderá excluir da base de cálculo do dividendo obrigatório a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, destinada à reserva de incentivos fiscais.
- II. A reserva de contingência será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.
- III. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para aumentar o capital social.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I, II e III.
- (D) II.
- (E) II e III.

38. É uma transação cujo registro **NÃO** altera o Patrimônio Líquido da empresa:

- (A) a aquisição de ações de sua própria emissão.
- (B) os custos de transação com capital social integralizado.
- (C) o ágio na emissão de novas ações.
- (D) a variação cambial de investimentos no exterior.
- (E) o recebimento de doações com restrições a serem cumpridas.

39. Ao contabilizar os dividendos distribuídos por investidas avaliadas pelo método do custo, a investidora debita a conta Disponível e credita a conta

- (A) Investimentos.
- (B) Receita Eventual.
- (C) Receita de Investimentos.
- (D) Receita de Dividendos.
- (E) Receita de Equivalência Patrimonial.

40. A empresa LP possuía, em 1/1/X5, em seu ativo imobilizado um equipamento com as seguintes características:

Valor contábil	R\$ 100.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 36.000,00
Vida útil econômica	10 anos
Data de Aquisição	1/1/X1
Valor residual	R\$ 10.000,00
Método de depreciação	cotas constantes

Em 31/12/X5, antes de contabilizar a depreciação do equipamento referente a X5, a empresa realizou o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado. Após os testes, foram obtidas as seguintes informações a respeito do equipamento:

Valor em uso	R\$ 50.000,00
Valor presente do fluxo de caixa	R\$ 80.000,00
Vida útil econômica	8 anos (inclusive X5)
Valor residual	R\$ 0,00 (zero)
Método de depreciação	cotas constantes

Com base nessas informações, o valor líquido contábil do equipamento apresentado no ativo da empresa, em 31/12/X5, era, em reais,

- (A) 50.000,00
- (B) 51.500,00
- (C) 56.000,00
- (D) 64.000,00
- (E) 80.000,00



41. A contabilidade aplicada ao setor público tem sido alvo de estudos e proposições de mudanças, buscando a padronização de práticas contábeis entre União, Estados e Municípios, a consolidação das contas públicas e a convergência para os padrões internacionais. Neste contexto, a Portaria nº 467/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional aprova o volume II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Este normativo estabelece que, para o reconhecimento das variações aumentativas ou diminutivas do patrimônio, deve ser atendido o regime de competência. Neste sentido, é correto afirmar:
- (A) A receita oriunda do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços deve ser reconhecida quando de sua arrecadação.
 - (B) O recebimento antecipado pela prestação de serviços que uma entidade pública irá realizar deve ter, como contrapartida ao aumento das disponibilidades, uma conta de ativo e não receita.
 - (C) Os valores referentes ao décimo terceiro salário dos servidores públicos devem ser reconhecidos como redução do patrimônio a cada mês trabalhado.
 - (D) Os serviços de consultoria prestados por uma pessoa jurídica de direito privado devem ser reconhecidos como diminuição do patrimônio na entidade pública quando da fase do empenho.
 - (E) A redução do valor de um bem imóvel pelo desgaste ou pela perda de utilidade por uso deve ser reconhecida como redução do patrimônio somente quando da alienação do bem.

42. Em relação ao que determina a Lei nº 4.320/64 sobre a contabilidade aplicada às entidades públicas governamentais, considere:
- I. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.
 - II. As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as superveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.
 - III. Os débitos e créditos serão escriturados com individualização do devedor ou do credor e especificação da natureza, importância e data do vencimento, quando fixada.
 - IV. A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas e haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) I, III e IV, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) II, III e IV, apenas.
43. Uma variação patrimonial aumentativa decorrente da execução orçamentária é aquela resultante de
- (A) transferência de recursos recebida de outros entes governamentais.
 - (B) aquisição de bens móveis.
 - (C) cancelamento de débitos dos contribuintes com a fazenda pública.
 - (D) reconhecimento da valoração de bens imóveis.
 - (E) variação cambial da dívida fundada por desvalorização da moeda estrangeira.

44. Um evento que gera lançamento contábil APENAS no sistema de compensação é
- (A) a previsão da receita tributária.
 - (B) o empenho da despesa com pessoal.
 - (C) a assinatura de um contrato de prestação de serviços.
 - (D) o pagamento a fornecedores de material de consumo.
 - (E) o aumento das aplicações financeiras por juros auferidos.



45. Considerando que a contabilidade pública utiliza-se de contas de escrituração dos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, é correto afirmar que
- (A) as receitas e despesas extraorçamentárias são escrituradas nos sistemas financeiro e patrimonial.
 - (B) a receita de juros proveniente de aplicações financeiras é registrada exclusivamente no sistema financeiro.
 - (C) o recebimento de valores inscritos em dívida ativa é escriturado somente nos sistemas orçamentário e financeiro.
 - (D) a obtenção de empréstimos gera um lançamento contábil no sistema orçamentário e outro lançamento com débito em conta do sistema financeiro e crédito em conta do sistema patrimonial.
 - (E) o recebimento em doação de um bem imóvel representa uma superveniência ativa que deve ser escriturada no sistema patrimonial.
-
46. É conta contábil de natureza credora:
- (A) Aplicações Financeiras.
 - (B) Mutações Patrimoniais Passivas.
 - (C) Bens Imóveis.
 - (D) Execução Orçamentária da Receita.
 - (E) Restos a Pagar do Exercício.
-
47. As operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, quando de sua obtenção, geram lançamentos contábeis em contas de ativo
- (A) permanente e passivo permanente.
 - (B) financeiro e passivo permanente.
 - (C) permanente e passivo financeiro.
 - (D) financeiro e passivo financeiro.
 - (E) financeiro e receita orçamentária.
-

Instruções: Para responder às questões de números 48 e 49, considere os fatos, a seguir, referentes ao exercício financeiro de X1 de um determinado governo municipal:

- Orçamento inicial da previsão da receita e da fixação da despesa referente à aprovação do orçamento de uma entidade pública com base na Lei Orçamentária Anual, no valor de R\$ 2.000.000,00.
 - Lançamento da Receita: tributária R\$ 636.000,00; de serviços R\$ 100.000,00; patrimonial R\$ 50.000,00; transferências correntes R\$ 1.100.000,00; alienação de bens móveis R\$ 130.000,00.
 - Arrecadação da Receita: tributária R\$ 600.000,00; de serviços R\$ 100.000,00; patrimonial R\$ 50.000,00; transferências correntes R\$ 1.100.000,00; alienação de bens móveis R\$ 130.000,00.
 - Empenho de despesas: pessoal e encargos sociais R\$ 1.000.000,00; serviços de terceiros R\$ 130.000,00; material de consumo R\$ 170.000,00; aquisição de imóveis R\$ 340.000,00; serviços de consultoria R\$ 100.000,00; juros e encargos da dívida fundada R\$ 80.000,00; assistência a estudantes R\$ 120.000,00.
 - Liquidação de despesas: pessoal R\$ 1.000.000,00; serviços de terceiros R\$ 100.000,00; material de consumo R\$ 160.000,00; aquisição de imóveis R\$ 340.000,00; juros e encargos da dívida fundada R\$ 80.000,00; assistência a estudantes R\$ 120.000,00.
 - Pagamento de despesas: pessoal R\$ 980.000,00; serviços de terceiros R\$ 100.000,00; material de consumo R\$ 150.000,00; aquisição de imóveis R\$ 300.000,00; juros e encargos da dívida fundada R\$ 70.000,00; assistência a estudantes R\$ 110.000,00.
 - Pagamento de Restos a Pagar de períodos anteriores no valor de R\$ 80.000,00.
 - Inscrição de Tributos em Dívida Ativa no valor de R\$ 36.000,00.
 - Recebimento de bens móveis em doação no valor de R\$ 55.000,00.
 - Recebimento de cauções, em dinheiro, no valor de R\$ 32.000,00.
48. No período, a variação líquida nas disponibilidades decorrente da execução orçamentária foi, em reais,
- (A) 40.000,00
 - (B) 180.000,00
 - (C) 190.000,00
 - (D) 270.000,00
 - (E) 302.000,00



49. De acordo com a Lei nº 4.320/64, o resultado de execução orçamentária foi, em reais, um *superávit* de
- (A) 40.000,00
 - (B) 76.000,00
 - (C) 83.000,00
 - (D) 180.000,00
 - (E) 270.000,00

50. A Portaria nº 749/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional modifica os anexos da Lei nº 4.320/64 referentes às demonstrações contábeis e inclui novas demonstrações contábeis a serem adotadas, obrigatoriamente, pelos Estados, a partir de 2012. Em relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa, a alienação de bens e as transferências do Fundo de Participação dos Estados são itens classificados, respectivamente, em atividades
- (A) das operações e de financiamentos.
 - (B) de investimentos e das operações.
 - (C) de financiamentos e das operações.
 - (D) de investimentos e de financiamentos.
 - (E) das operações e das operações.

Planejamento e Orçamento Governamental

51. O principal instrumento de ação estatal na economia é o orçamento público, cujas funções, coincidentes com as próprias funções do Estado, classicamente, são divididas em alocativa, distributiva e estabilizadora. Sobre este assunto, considere:
- I. A atividade estatal na alocação de recursos justifica-se naqueles casos em que não houver a necessária eficiência por parte do mecanismo da ação privada, como no caso de investimentos em infraestrutura econômica.
 - II. O sistema de mercado não tem a mesma eficiência na provisão de bens públicos, como na de bens privados, daí a necessidade de atuação do Estado na prestação de serviços de segurança pública, por exemplo.
 - III. A manutenção de elevado nível de emprego e a estabilidade nos níveis de preços configuram o campo de ação da função distributiva.
 - IV. Os tributos progressivos sobre as classes de renda mais elevada e as transferências de recursos para as classes de renda mais baixa são mecanismos fiscais para viabilização das políticas públicas de distribuição de renda.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.

52. Durante o processo eleitoral, o então candidato a prefeito do município de WCL prometeu aos cidadãos que, caso fosse eleito, daria início, no primeiro dia do seu mandato, à construção de uma escola em um bairro da periferia. Após tomar posse no cargo, tentou cumprir o prometido, mas o secretário de planejamento disse que isso não seria possível, porque:
- I. a despesa não estava incluída no Plano Plurianual.
 - II. a construção não havia sido definida como prioridade, para aquele exercício, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - III. não existia dotação específica para a construção da escola na Lei Orçamentária Anual.
 - IV. a realização da despesa com a construção somente poderia ser feita com a anulação de outras dotações.

De acordo com as disposições constitucionais, os impedimentos para a realização da despesa são aqueles listados nos itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.



53. Com base nas disposições constitucionais sobre o processo de elaboração, discussão, votação e aprovação da proposta de Lei Orçamentária Anual, é correto afirmar:
- (A) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
 - (B) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, poderá ser realizada sem prévia autorização legislativa, desde que seja definida como prioridade pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de *superávit* financeiro.
 - (D) Os recursos que, em decorrência de veto ou emenda, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, para a abertura de créditos extraordinários com prévia autorização legislativa.
 - (E) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos especiais e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
-
54. A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas
- (A) correntes e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (B) de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração predeterminada.
 - (C) de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (D) correntes e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas-meio do governo.
 - (E) de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos projetos de investimentos.
-
55. Se uma entidade pública, para a elaboração do orçamento, baseia-se na preparação de pacotes de decisão e, consequentemente, na escolha do nível de objetivo por meio da definição de prioridades, confrontando-se incrementos pela ponderação de custos e benefícios, ela adota o orçamento
- (A) em perspectiva.
 - (B) tradicional.
 - (C) de desempenho.
 - (D) incremental.
 - (E) base zero.
-
56. Uma das características do orçamento-programa é a utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados. Para isso, é feita uma diferenciação entre os produtos finais dos programas e os produtos intermediários necessários para alcançar os seus objetivos. É produto final de um programa da área de saúde:
- (A) o percentual da população atendida pelo programa de vacinação.
 - (B) o número de postos de saúde construídos.
 - (C) o número de medicamentos distribuídos.
 - (D) o total de consultas médicas realizadas.
 - (E) a redução da mortalidade infantil.
-
57. É uma receita patrimonial aquela originária
- (A) do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
 - (B) da prestação de serviços de telecomunicação.
 - (C) de dividendos recebidos.
 - (D) de serviços recreativos e culturais.
 - (E) de restituições de convênios.



58. A arrecadação de uma receita orçamentária ocorre quando há

- (A) a inscrição de dívida ativa.
- (B) o recebimento de um bem móvel em doação.
- (C) a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores.
- (D) o bônus de assinatura de contrato de concessão.
- (E) a redução de uma dívida fundada por renegociação.

59. Considere os dados relativos às receitas arrecadadas pela prefeitura do município XZR no exercício de X1:

	R\$ (mil)
Alienação de Títulos Mobiliários.....	60
Amortização de Financiamentos.....	20
Impostos.....	6.000
Indenizações e Restituições.....	100
Operações de Crédito Internas.....	500
Receita da Dívida Ativa não Tributária.....	300
Receita de Contrato de Permissão de Uso.....	700
Receita de Serviços de Comunicação.....	300
Receita de Valores Mobiliários.....	150
Receitas Imobiliárias.....	400
Taxas.....	1.000
Transferências da União para cobrir despesas correntes.....	6.000
Transferências de Instituições Privadas para cobrir despesas de capital.....	1.000
Transferências do Estado para cobrir despesas correntes.....	5.000

A receita de capital foi, em milhares de reais,

- (A) 1.520
- (B) 1.580
- (C) 1.880
- (D) 2.280
- (E) 3.330

60. Um determinado governo estadual recebeu de um contribuinte o valor de R\$ 15.000,00, referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), R\$ 7.500,00 pelo contribuinte ter deixado de fornecer documentos necessários à alteração do Cadastro de Contribuintes do IPVA e R\$ 907,50 por juros de mora. Sendo assim, houve a arrecadação de receita tributária no valor de, em reais,

- (A) 23.407,50.
- (B) 22.500,00 e de outras receitas correntes no valor de 907,50.
- (C) 22.500,00 e de receita patrimonial no valor de 907,50.
- (D) 15.000,00 e de receita patrimonial no valor de 8.407,50.
- (E) 15.000,00 e de outras receitas correntes no valor de 8.407,50.

61. É item classificado como despesa orçamentária:

- (A) o aumento do valor dos imóveis por reavaliação.
- (B) a depreciação dos móveis e utensílios.
- (C) o pagamento de restos a pagar.
- (D) o gasto com premiação de trabalhos.
- (E) o cancelamento de dívida ativa.

62. Os itens "aquisição de imóveis" e "concessão de empréstimos e financiamentos" compõem o grupo de natureza de despesa

- (A) Inversões Financeiras.
- (B) Investimentos.
- (C) Amortização da Dívida.
- (D) Outras Despesas Correntes.
- (E) Outras Despesas de Capital.



63. Considere os dados, a seguir, extraídos do sistema contábil de um governo estadual referentes a despesas correntes do exercício financeiro de X1:

Elemento de Despesa	Despesa Liquidada (R\$ milhões)
Auxílio Financeiro a Pesquisadores.....	100,00
Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita	9,00
Juros sobre a Dívida por Contrato	1.200,00
Material de Consumo	8.000,00
Material de Distribuição Gratuita	110,00
Obrigações Patronais	17.000,00
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....	7.000,00
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar.....	2.500,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	1.400,00
Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares.....	20,00
Serviços de Consultoria.....	500,00
Subvenções Sociais	6.300,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	34.000,00
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar	6.000,00
Passagens e Despesas com Locomoção.....	1.500,00

O valor das despesas liquidadas com o grupo de natureza de despesa Outras Despesas Correntes foi, em milhões de reais,

- (A) 16.410,00
- (B) 17.830,00
- (C) 17.910,00
- (D) 17.930,00
- (E) 32.910,00

64. Considere os itens extraídos dos relatórios de execução orçamentária relativos às despesas da Prefeitura RKW no exercício financeiro de X1:

	R\$ (mil)
Construção de Escolas.....	280.000
Consultas Médicas	120.000
Função Educação.....	350.000
Limpeza de Ruas e Praças.....	15.000
Material de Consumo.....	100.000
Pavimentação da Avenida Principal	300.000
Pessoal e Encargos Sociais	500.000
Poder Legislativo	80.000
Distribuição de Medicamentos.....	20.000
Secretaria de Educação	400.000
Secretaria de Planejamento e Orçamento.....	30.000
Consultoria Jurídica – Reformulação do Plano de Carreira.....	50.000
Atenção Básica à Saúde	180.000
Ensino Fundamental.....	330.000
Juros e Encargos sobre a Dívida.....	35.000

A soma dos itens que se referem à classificação da despesa por atividades é, em milhares de reais,

- (A) 135.000,00
- (B) 155.000,00
- (C) 180.000,00
- (D) 205.000,00
- (E) 665.000,00

65. De acordo com o Decreto nº 2.829/98, cada programa do governo federal deverá conter

- (A) o valor unitário e o indicador que quantifique a situação que o programa tenha por fim modificar.
- (B) as metas correspondentes aos bens e serviços necessários para atingir o objetivo e o servidor responsável.
- (C) o prazo de conclusão e a regionalização das metas por estados.
- (D) a fonte de financiamento e a regionalização das metas por municípios.
- (E) o valor global e prazo o para início da execução do programa.

**Técnicas de Auditoria**

66. As auditorias internas e externas atuam em diferentes graus de profundidade e de extensão nas tarefas de auditoria. Embora exista uma conexão nos trabalhos de ambas, é função da auditoria externa
- (A) acompanhar o cumprimento de normas técnicas e a política de administração da empresa, na consecução dos seus objetivos.
 - (B) avaliar e testar os sistemas de controles internos e contábil, em busca da razoável fidedignidade das demonstrações financeiras.
 - (C) desenvolver continuamente o trabalho de auditoria na empresa, concluindo as tarefas com a elaboração de relatórios.
 - (D) seguir as normas e procedimentos de auditoria na execução dos trabalhos, com grau de independência limitado.
 - (E) prevenir erros e fraudes, sugerindo aos administradores da empresa os ajustes necessários.
-
67. NÃO é objetivo de um programa de auditoria:
- (A) traçar o roteiro de execução de um ponto de auditoria.
 - (B) conduzir o auditor na aplicação dos procedimentos técnicos de auditoria.
 - (C) propiciar o controle e progresso a ser alcançado no decorrer da execução das tarefas de auditoria.
 - (D) evitar que alguma tarefa de auditoria deixe de ser executada.
 - (E) estimar o tempo necessário para realização da auditoria.
-
68. Os testes de observância ou de aderência são aplicados pelas auditorias principalmente nas investigações
- (A) de fraudes e erros.
 - (B) de contas e saldos.
 - (C) dos controles internos utilizados pelos gestores.
 - (D) dos valores representativos dos informes.
 - (E) das trilhas de auditoria.
-
69. Em auditoria, são considerados permanentes somente os seguintes papéis de trabalho:
- (A) guias de auditoria, questionários e diagramação de rotinas.
 - (B) gráficos, questionários e diagramação de rotinas.
 - (C) gráficos, tabelas estatísticas e guias de auditoria.
 - (D) planilhas de cálculo, tabelas estatísticas e guias de auditoria.
 - (E) planilhas de cálculo, tabelas estatísticas e gráficos.
-
70. As normas brasileiras que estabelecem os preceitos de conduta para o exercício profissional, especificamente para aqueles que atuam como auditores independentes, são estruturadas como
- (A) NBC TI.
 - (B) NBC PI.
 - (C) NBC TA.
 - (D) NBC PA.
 - (E) NBC TP.
-
71. A sazonalidade, a concorrência, as condições econômicas do país e outros riscos dos produtos ou serviços são fatores que podem contribuir, nas auditorias, para o risco
- (A) do sistema de controle da empresa.
 - (B) de integridade da gerência.
 - (C) de imagem.
 - (D) operacional.
 - (E) financeiro.
-
72. NÃO pode ser entendida e contabilizada como provisão para contingência a provisão para
- (A) danos ambientais.
 - (B) autuações fiscais.
 - (C) indenizações trabalhistas.
 - (D) garantias de produtos.
 - (E) 13º salário e férias.



73. Para propiciar representatividade da população contábil aplicada nos testes de auditoria, o auditor pode estipular intervalos uniformes entre os itens a serem selecionados como um método de seleção de amostras denominado
- (A) números aleatórios.
 - (B) amostragem de atributos.
 - (C) amostragem sistemática.
 - (D) amostragem por bloco.
 - (E) amostragem ao acaso.
-
74. Quando se fala em auditoria de sistemas contábeis computadorizados, a principal abordagem dos trabalhos se refere à auditoria
- (A) de sistemas em operação.
 - (B) de sistemas em desenvolvimento.
 - (C) da área de processamento de dados.
 - (D) dos processos computacionais.
 - (E) dos resultados computacionais.
-
75. Em uma auditoria em que não foi possível obter comprovação suficiente para fundamentar uma opinião, devido às limitações no escopo dos exames realizados, o auditor
- (A) deve emitir um parecer adverso.
 - (B) deve emitir um parecer com negativa de opinião.
 - (C) deve emitir um parecer com ressalvas.
 - (D) deve emitir um parecer sem ressalvas.
 - (E) não deve emitir qualquer parecer.
-
76. Um procedimento de controle interno dos mais eficazes para a prevenção da ocorrência de fraudes nas empresas é a
- (A) identificação das áreas de risco.
 - (B) definição de cargos e funções.
 - (C) segregação de funções.
 - (D) elaboração de normas e procedimentos.
 - (E) habilitação dos executivos.
-
77. Na auditoria das contas de resultados, NÃO se aplica a diagramação da trilha de auditoria para as operações de
- (A) acumulação por centro de custo.
 - (B) apropriação dos custos diretos.
 - (C) transferências de despesas.
 - (D) rateios por produto.
 - (E) ajustes dos ativos.
-
78. As auditorias sobre as operações de recebimentos, pagamentos, compras, emissão e aceites de duplicatas envolvem pontos de controle sobre os registros contábeis nas contas
- (A) patrimoniais.
 - (B) de resultado.
 - (C) de transferência.
 - (D) de encerramento.
 - (E) financeiras.
-
79. A integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram, está relacionada ao Princípio Fundamental de Contabilidade da
- (A) Entidade.
 - (B) Oportunidade.
 - (C) Continuidade.
 - (D) Prudência.
 - (E) Competência.
-
80. A governança corporativa aplicada ao setor público tem em comum, tanto no Código do IBGC quanto em publicações do IFAC, os princípios básicos da
- (A) Responsabilidade corporativa e da Prestação de contas.
 - (B) Transparência e da Equidade.
 - (C) Equidade e da Integridade.
 - (D) Integridade e da Responsabilidade corporativa.
 - (E) Prestação de contas e da Transparência.